

**EXPRESSÕES VERBAIS DE PROBABILIDADE NO CPC 25:
A FORMA DE APRESENTAÇÃO E A MELHORIA NA
INTERPRETAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**VERBAL EXPRESSIONS OF PROBABILITY IN CPC 25:
THE FORM OF PRESENTATION AND THE IMPROVEMENT IN
THE INTERPRETATION OF INFORMATION**

**EXPRESIONES VERBALES DE PROBABILIDAD EN CPC 25:
LA FORMA DE PRESENTACIÓN Y LA MEJORA EN LA
INTERPRETACIÓN DE LA INFORMACIÓN**

Victor Sandeje Dantas Alves¹
Tadeu Junior de Castro Gonçalves²
John Pablo Cândido da Silva³
José Dionísio Gomes da Silva⁴

Recebido em junho de 2020

Aceito em outubro de 2020

RESUMO

Dentre as mudanças causadas pelo processo de adoção das normas internacionais de contabilidade está o aumento da subjetividade na tomada de decisão e com isso o aumento do julgamento do profissional contábil. Neste sentido, este estudo objetiva analisar se diante da subjetividade e orientações do CPC 25, a forma em que as contingências são apresentadas melhoram a compreensão e interpretação da norma. Para atingir ao objetivo proposto foram aplicados questionários a estudantes do curso de bacharelado em Ciências Contábeis. Quanto ao tratamento dos dados, foi utilizado o *software Stata 14* com o intuito de efetuar o teste de comparação das médias *Wilcoxon*. Dentre os resultados, os achados permitem inferir que os usuários das informações da contabilidade apresentam o viés cognitivo chamado *frame dependence*, em que indica que a forma como a informação é apresentada pode alterar na tomada de decisão, seja verbal-numérica ou numérica-verbal, ainda, a maioria dos participantes acreditam que associar os termos verbais a probabilidades numéricas podem melhorar na sintetização das interpretações relacionadas às contingências. O presente estudo justifica-se pela relevância da interpretação da contingência nas demonstrações financeiras da empresa e sua relação com os usuários.

Palavras-chave: *Frame Dependence*. Contingências. Julgamento. CPC 25.

ABSTRACT

Among the changes caused by the process of adopting international accounting standards is the increase in subjectivity in decision making and thereby increasing the judgment of the accounting

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: victorsandeje@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: tadeu94junior@hotmail.com.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: johnpablodantas@gmail.com.

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: jdionisio.gomes@gmail.com.

professional. In this sense, this study aims to analyze whether in view of the subjectivity and orientations of CPC 25, the way in which contingencies are presented improve the understanding and interpretation of the norm. To achieve the proposed objective, questionnaires were applied to students of the Bachelor of Accounting course. As for data processing, *Stata 14* software was used in order to perform the Wilcoxon mean comparison test. Among the results, the findings allow us to infer that users of accounting information present the cognitive bias called frame dependence, where it indicates that the way information is presented can change in decision-making, whether verbal-numerical or numerical-verbal, yet, most participants believe that associating verbal terms with numerical probabilities can improve in the synthesis of interpretations related to contingencies. The present study is justified by the relevance of the interpretation of contingency in the company's financial statements and its relationship with users.

Keywords: Frame dependence. Contingencies. Judgment. CPC 25.

RESUMEN

Entre los cambios provocados por el proceso de adopción de normas internacionales de contabilidad se encuentra un aumento de la subjetividad en la toma de decisiones y con ello un aumento del juicio del profesional contable. En este sentido, este estudio tiene como objetivo analizar si dada la subjetividad y los lineamientos del CPC 25, la forma en que se presentan las contingencias mejora la comprensión e interpretación de la norma. Para lograr el objetivo propuesto, se aplicaron cuestionarios a los estudiantes de la carrera de Licenciatura en Contaduría. En cuanto al tratamiento de los datos, se utilizó el software Stata 14 para realizar la prueba de comparación de medias de Wilcoxon. Entre los resultados, los hallazgos permiten inferir que los usuarios de la información contable tienen un sesgo cognitivo denominado dependencia del marco, lo que indica que la forma en que se presenta la información puede cambiar en la toma de decisiones, ya sea verbal-numérica o numérica-verbal. aun así, la mayoría de los participantes cree que asociar términos verbales con probabilidades numéricas puede mejorar la síntesis de interpretaciones relacionadas con contingencias. El presente estudio se justifica por la relevancia de la interpretación de la contingencia en los estados financieros de la empresa y su relación con los usuarios.

Palabras clave: Frame Dependence. Contingencias. Sentencia. CPC 25.

1 INTRODUÇÃO

Ocorrido na última década, o processo de convergência das normas contábeis ao padrão internacional provocou como consequência diversas mudanças para a área contábil, tanto na forma de reconhecimento e mensuração quanto na evidenciação, além disso, ao se falar sobre o processo de convergência, deve-se discorrer sobre o aumento de responsabilidade do profissional contabilista em relação ao processo de tomada de decisão. Neste sentido, os geradores das informações contábeis ficam desprovidos de orientações regradas de como se portar diante de atos e fatos ocorridos no cotidiano contábil, ao invés disso, devem interpretar a norma e aplicá-la diante do contexto inserido.

Neste contexto, comenta-se sobre normas em que suas decisões são baseadas em situações contingenciais, no qual o conhecimento quanto à utilização correta dessa informação requer uma maior atenção, visto que a relevância das contingências para o futuro das entidades está associada ao feito de que uma interpretação equivocada pode impactar em uma tomada de decisão e provocar alterações nas informações financeiras da entidade, e, consequentemente na decisão dos *stakeholders*. Amer, Hackenbrack e Nelson (1995)

destacam que a interpretação de probabilidades e contingências é uma das tarefas mais difíceis para os contadores e auditores, visto que ocasiões de interpretações divergentes podem impactar negativamente na comparabilidade das demonstrações contábeis.

No estudo de Aharony e Dotan (2004) foi destacado que o processo de tomada de decisão exige tanto dos preparadores das demonstrações contábeis, quanto dos usuários dessas informações uma maior responsabilidade no julgamento da contingência e sua probabilidade de ocorrência, visto que as estimativas expostas nas normas são por meio de definições verbais. Neste cenário, um dos desafios apresentados nessas normas é que esses termos possuem uma ampla margem para múltiplas intepretações divergentes para uma mesma situação, possibilitando o gerenciamento de resultados, tendo em que vista que as normas não apresentam percentuais como referência.

Com relação às interpretações divergentes de probabilidades por meio de termos verbais e numéricos, diversos estudos (KARELITZ; BUDESCU, 2004; HONDA; YAMAGISHI, 2006; JUANCHICH; TEIGEN; VILLEJOURBERT, 2010) vem sendo realizados na psicologia, no qual, buscou verificar qual dos métodos de probabilidade é mais bem compreendido e possui uma condensação das interpretações. Neste contexto, após a inserção das normas internacionais e o aumento da subjetividade na tomada de decisão, estudos envolvendo o julgamento de probabilidades ganham relevância na área contábil, a fim de proporcionar a visão de uma contabilidade mais próxima a realidade e menos baseada em aplicações de regras prontas sem contextos.

Em âmbito internacional, as normas sobre contingências são regidas pelo IAS (*International Accounting Standard*) nº 37 e a norma norte americana pelo SFAS (*Statement for Financial Accounting Standards*) nº 5. No Brasil, as contingências são abordadas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 25 (2009) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, as decisões tomadas por meio das incertezas contingenciais e suas probabilidades de ocorrência, tem se baseado nessa norma por meio de termos verbais como, “provável”, “possível” e “remota”. Por meio deles é que será decido o tratamento dado a contingência quanto ao seu reconhecimento e mensuração.

Desta forma, essas expressões estão presentes tanto nas normas do IASB (*International Accounting Standards Board*) (DOUPNIK; RICCIO, 2006) como no CPC (SÁ; MALAQUIAS, 2012). Em complemento, as divergentes interpretações dos pronunciamentos técnicos do CPC 25 (2009), oriundos da discordância de opiniões de auditores independentes do Brasil, podem ocasionar na impossibilidade de comparação entre os relatórios contábeis (ALMEIDA; LEMES, 2013).

Diante do exposto, verifica-se uma lacuna para a realização de novos estudos para a temática abordada, visto que o impacto da convergência das normas internacionais para o mercado brasileiro mudou a forma de atuação dos profissionais contábeis. Assim sendo, torna-se relevante investigar se diante da subjetividade dos termos verbais expostos no CPC 25, a probabilidade numérica como forma de auxílio pode proporcionar uma melhor sintetização das interpretações das informações fornecidas pelos relatórios contábeis.

Nesta conjuntura, e, apoiado no estudo de Du, Stevens e McEnroe (2011) onde estudaram como os contadores interpretam as expressões verbais de probabilidade por meio de probabilidade numérica, surgiu o seguinte questionamento: diante da subjetividade do CPC 25, a forma em que as contingências são apresentadas melhoram a compreensão e interpretação da norma? Logo, o objetivo do presente estudo consiste em analisar se diante da subjetividade do CPC 25, a forma em que as contingências são apresentadas melhoram a compreensão e interpretação da norma.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de uma melhor interpretação de contingências nas demonstrações financeiras da empresa e sua relação com os usuários. Diante da adoção das normas internacionais no Brasil, o aumento da subjetividade proporcionou uma maior responsabilidade ao contador na preparação das demonstrações e aos usuários na interpretação das informações. Assim, a incerteza dos termos de probabilidade verbal na norma e as consequências de uma decisão errada nas demonstrações da empresa podem provocar reflexos na tomada de decisão dos profissionais contábeis e usuários externos.

Nessa perspectiva, após realizar um levantamento de literatura, poucos foram os achados sobre a temática estudada no Brasil, logo, este estudo contribui com as discussões sobre o tema ao buscar gerar uma reflexão quanto às possibilidades de que o aumento da subjetividade da norma pode refletir nos relatórios contábeis. Assim, o presente estudo acrescenta a contextualização da situação de contingência no sentido de proporcionar um resultado mais próximo a realidade da sociedade. Pelas razões acima expostas, faz-se necessário que os pesquisadores e usuários das informações contábeis, antes de tomar decisões em que se depara com contingências, verifiquem se a forma como a norma é apresentada impacta na sua tomada de decisão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se o referencial teórico pelo *Frame Dependence*.

2.1 *Frame Dependence*

A *Prospect Theory* de Tversky e Kahneman (1981) relata que o indivíduo não é racional ao tomar decisões. Em complemento, Shefrin (2002) aponta que um indivíduo toma decisões dependendo da forma que determinando problema é apresentando a ele, assim, o autor supracitado relata que a percepção diante de uma situação de risco e retorno é influenciada pela forma com esses problemas são estruturados. Milanez (2003) descreve que essa teoria vai de encontro com a teoria do mercado eficiente, que pressupõe que os indivíduos não tomam decisões dependendo da forma como os problemas são apresentados a eles. Nesta linha de pensamento, Martins, Lima e Silva (2015) definem como indispensável considerar a forma como o problema é exposto como um elemento comportamental, visto que a significância desse viés no processo de tomada de decisão pode ser bastante impactante.

Com base nisso, Martins, Lima e Silva (2015) relatam que o *frame dependence* é alicerçado em quatro estados mentais, sendo: (i) aversão à perda, onde explica que indivíduo sente uma maior dor por uma perda do que prazer por um ganho semelhante (KAHNEMAN; TVERSKY, 1989), (ii) aversão ao arrependimento, onde o investidor, por exemplo, evita tomar decisões com receio de que elas deem errado e assim transferem essa responsabilidade para um terceiro, (iii) *Mental Accounting*, explicado por Thaler e Johnson (1990) como a forma com os indivíduos organizam suas transações mentalmente, e a (iv) Ilusão Monetária, onde Shafir, Diamond e Tversky (1997) relatam esse comportamento como a dificuldade em perceber que o valor do dólar, por exemplo, diminui ou aumenta com o passar do tempo, sem que tenha ocorrido uma variação no valor nominal da moeda.

Neste contexto, Shafir, Diamond e Tversky (1997) acrescentam que tanto na formação da estrutura das informações, como na forma em que elas são apresentadas, são opostas a teoria de que as tomadas de decisões são definidas são por meio de cálculos estratégicos a

todo o momento, uma vez que o comportamento diante do mesmo problema podem resultar em escolhas diferentes. Dessa forma, Aldrighi e Milanez (2005) apontam esse efeito de escolha dependendo de que forma ele é apresentado como “reflexão”, onde verifica que as pessoas tendem a serem avessas ao risco quando estão sendo apresentadas a problemas de resultados benéficos, porém propensas ao risco quando os resultados esperados são negativos ao mesmo tempo.

Diante da discussão exposta, evidencia-se que a tomada de decisão não é realizada de forma racional, ou seja, existem fatores que influenciam este processo. Assim, especificando o profissional de contabilidade, a adoção de normas baseadas em princípios fez com que a tomada de decisão demandasse maior julgamento do mesmo, sendo esta a discussão realizada no tópico seguinte.

2.2 Julgamento profissional na contabilidade

Após a convergência das normas internacionais para o Brasil, o perfil do profissional contábil necessitou de algumas alterações, visto que as normas contábeis passaram a ser norteadas por princípios e não mais por um conjunto de regras, tornando assim o uso do julgamento do profissional contábil um fator determinante para o exercício da profissão (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBECK, 2009).

Isto posto, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC relata em seu texto que os relatórios contábeis agora são baseados em estimativas e julgamento, trazendo uma maior subjetividade para a norma, fornecendo as condições necessárias para a tomada de decisão, e diante da imprecisão dos conceitos e questões complexas, fazer o julgamento sobre os fenômenos econômico-financeiros (BROWN; COLLINS; THORNTON, 1993).

Para Firmino e Paulo (2013), a convergência das normas internacionais de contabilidade trouxe uma maior responsabilidade para os usuários das informações contábeis, entre eles o auditor, exigindo um maior conhecimento técnico que sirva de base para seus julgamentos e assim melhorar a qualidade das informações, proporcionando uma maior possibilidade de comparabilidade das demonstrações contábeis com outros mercados.

Nesse contexto, Trotman, Tan e Ang (2011) discorrem que existem dois grupos principais que realizam o julgamento na contabilidade, sendo o auditor e os preparadores das demonstrações. O primeiro é destacado por verificar que em todo seu processo de auditoria é feita a utilização do julgamento, já o segundo, utiliza o julgamento nos tratamentos contábeis que serão utilizados nas estimativas e probabilidade de eventos futuros.

Desta forma, o *International Accounting Standards Board* - IASB utiliza expressões verbais de probabilidade no desenvolvimento das normas internacionais, exigindo dos contadores um maior nível de julgamento na elaboração das demonstrações contábeis, como, por exemplo, o IAS 37 ou CPC 25 utilizando de expressões verbais como “provável”, “possível” e “remota” para avaliar contingências (DU; STEVENS, 2011).

Por fim, Firmino e Paulo (2013) destacam que a comparabilidade das informações pode ficar prejudicada, visto que, características como valores culturais, diferentes interpretações de traduções das línguas nativas e o conservadorismo, são combustíveis para interpretações diferentes de contadores e auditores. Nesta situação, o estabelecimento de probabilidade vinculado a essas expressões verbais subjetivas interferem no julgamento profissional no momento da elaboração das demonstrações financeiras (AMER; HACKENBRACK; NELSON, 1994). Perante o exposto, o tópico seguinte realiza uma

discussão sobre expressões de probabilidades relacionadas ao CPC 25, no qual é elemento imprescindível para o entendimento e desenvolvimento do estudo.

2.3 Expressões de Probabilidades no CPC 25

São recentes os estudos nacionais relacionados à probabilidade na contabilidade, visto que esse estímulo surgiu a partir do processo de convergência das normas internacionais e da necessidade de uma melhor interpretação das contingências para promover a qualidade da informação, considerando que subjetividade da norma leva a um julgamento profissional que podem ser interpretado de diferentes formas e expressões verbais. (FIRMINO; PAULO, 2013).

Na psicologia, a questão de como a probabilidade pode afetar a interpretação já vem sendo amplamente pesquisada, como nos estudos de Karelitz e Budescu (2004), onde os autores detectam que as expressões de probabilidade podem ter diversas interpretações, contribuindo ainda para a falha de entendimento e conseqüentemente a falha de comunicação. Na pesquisa de Honda e Yamagishi (2006), baseado em estudos anteriores, eles destacam que a variabilidade de interpretação das expressões verbais é grande, podendo algumas pessoas interpretar o termo “provável” como 30% e outras em 10%, e em contrapartida a média da variabilidade da interpretação dessas expressões em forma numérica são mais constantes.

Na pesquisa de Teigen (2001), o autor levanta a discussão relatando que em alguns casos as probabilidades verbais e expressões numéricas são baseados na intuição, onde a incerteza das interpretações individuais e imprecisões das expressões verbais podem interferir na tomada de decisão. Em complemento, Piercey (2009) verifica que no contexto contábil as interpretações baseadas em expressões verbais apresentam uma situação de maior ilusão comunicativa e o aumento do viés, visto que o comportamento individual dos elaboradores das informações contábeis, bem como dos usuários, são fatores capazes de modificar a qualidade da informação.

Na pesquisa de Harrison e Tomassini (1989) destaca-se que diferentes interpretações de probabilidades verbais, podem comprometer a comparabilidade das demonstrações financeiras. As normas vigentes do CPC 25, IAS 37 e SFAS 5 são fundamentadas em expressões de probabilidade para a tomada de decisão diante de uma contingência. No estudo de Du e Stevens (2011) é relatado que para guiar a decisões contingenciais, o SFAS 5 utiliza apenas de expressões verbais e não quantificam essa probabilidade, considerando assim, uma das atividades mais difíceis do contador.

Dessa forma, para a caracterização da contingência, Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que a liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência. Já Porter e Norton (2010) argumentam que a contingência tem como característica uma condição existente em que não se conhece o resultado, visto que sua ocorrência depende de alguns eventos futuros. Nesse contexto, Rich *et al.* (2012) acrescentam que as circunstâncias que envolvem as incertezas, exemplificando perdas ou ganhos, são as que caracterizam uma contingência.

Nesta perspectiva é importante para os usuários das informações contábeis e os elaboradores das demonstrações contábeis que esses conceitos sejam os mais claros possíveis para diminuir os vieses nas interpretações. Isto posto, Du, Stevens e McEnroe (2011) destacam a importância dos aspectos contingenciais do SFAS 5, porque as diversas formas de interpretações podem levar a decisões diferentes de uma mesma eventual perda e impactar na

qualidade dos relatórios financeiros. Neste contexto, o Quadro 1 informa os conceitos apresentados no SFAS 5, CPC25 e IAS 37:

Quadro 1 - Conceitos das expressões verbais de probabilidade

| Probabilidades | Conceitos | |
|--------------------------|--|---|
| | SFAS 5 | CPC 25 e IAS 37 |
| Remota | A chance de os eventos futuros ocorrerem é pequena | Não informa |
| Possível | Não se aplica | Não Informa |
| Razoavelmente e Possível | A chance de o evento futuro ocorrer é maior do que remota e menor do que provável | Não se aplica |
| Provável | Quando a probabilidade de ocorrência do evento for maior do que a probabilidade de não ocorrência. | Quando a probabilidade do evento ocorrer for maior do que não ocorrer |

Fonte: elaborado pelos autores

A pesquisa de Davidson (1991) evidencia que se o contexto altera o significado, este é alterado de forma significativa. Sob outra perspectiva, no estudo de Amer, Hackenbrack e Nelson (1994) se relatou que o contexto não é algo significativo ou fundamental na interpretação das expressões de probabilidades. Sendo assim, para que as avaliações das contingências por meio das expressões verbais sejam suficientes é necessário vê-las em um contexto para não ser algo raso e artificial (SIMON, 2002).

Para finalizar a seção 2, apresenta-se no tópico seguinte o resgate de alguns estudos (HOFFMAN; PATTON, 2002; SIMON, 2002; AHARONY; DOTAN, 2004; CAPRIOTTI, 2005; DU; STEVENS, 2011) que tiveram por objetivo apoiar nossos resultados.

2.4 Estudos anteriores

A subjetividade das normas por meio das expressões verbais e suas contingências provocaram uma grande responsabilidade na tomada de decisão dos contadores, algo que não tem sido explorado suficientemente no âmbito acadêmico nacional. No entanto, internacionalmente, o estudo de Hoffman e Patton (2002) buscou investigar como as autoridades dos órgãos públicos federais interpretam os termos de probabilidade contingentes nos relatórios federais.

Para isso eles utilizaram 15 situações de provisões e passivos contingentes e pediram para os respondentes indicarem uma estimativa numérica, buscando verificar se a substituição do termo “provável” pelo termo “mais provável do que não” impacta nas interpretações. Nesse sentido, os resultados apontaram para divergências na interpretação do reconhecimento de provisões e passivos contingentes, visto que o termo “mais provável do que não” é associado a uma probabilidade numérica menor em relação à utilização do termo “provável”.

No estudo de Simon (2002) foi verificado a interpretação de trinta expressões de probabilidade mais utilizadas pelos preparadores das demonstrações financeiras, visto que uma grande inconsistência nas interpretações pode reduzir na comparabilidade das demonstrações. Os resultados apontaram que muitas dessas expressões apresentam um alto

grau de eficiência na comunicação, visto que elas possuem significados semelhantes, assim como também foi verificado que existem expressões que tiveram baixa eficiência na comunicação. Desta forma, as expressões com alta eficiência na comunicação devem ser predominantes nas normas para uma melhor compreensão das expressões de probabilidade.

Na pesquisa de Aharony e Dotan (2004), os autores buscaram analisar as interpretações sobre as diretrizes de evidenciação do SFAS 5 de auditores, gestores e analistas financeiros. Neste contexto, foi verificado que os auditores apresentam um maior viés de conservadorismo em relação aos gestores e analistas financeiros, no qual os dois últimos apresentaram resultados semelhantes. Nesta linha de discussão, Capriotti e Waldrup (2005) buscaram analisar a interpretação das probabilidades do SFAS 5 pelos gestores, e identificaram que o nível de incerteza das contingências e a comunicação falha entre os preparadores das demonstrações e os usuários são fatores cruciais nas diversas interpretações divergentes de uma mesma situação.

Por fim, Du e Stevens (2011) tiveram como objetivo identificar como os contadores interpretam as expressões verbais de probabilidade por meio da probabilidade numérica. Foi encontrado um padrão de fácil identificação de tradução numérica para verbal, algo que foi mais espesso na tradução verbal para numérica. Neste sentido, Du, Stevens e McEnroe (2011) buscaram verificar a dificuldade na interpretação de probabilidades verbais do SFAS 5 a fim de sintetizar melhor o julgamento. Isto posto, foi verificado que as probabilidades verbais em consonância com seus valores numéricos reduzem a variabilidade das interpretações individuais das expressões verbais do SFAS 5. Diante dos estudos supracitados, a seção seguinte evidencia os procedimentos metodológicos para atingir objetivo proposto.

3 MÉTODO

Para analisar se diante da subjetividade do CPC 25, a forma em que as contingências são apresentadas melhoram a compreensão e interpretação da norma, o presente estudo classifica-se como descritivo, visto que buscar observar, registrar, analisar e interpretar os fatos sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Quanto à abordagem, o estudo é classificado como quantitativo, visto que os dados e evidências podem ser quantificados e mensurados (MARTINS; THEOPILO, 2009).

Desta forma, foi utilizado como suporte um *software* de planilha eletrônica para tabulação de dados e o *software* estatístico *Stata 14* com o intuito de efetuar o teste de comparação das médias *Wilcoxon*, devido à natureza das variáveis se apresentarem como qualitativas ordinais, bem como a estatística descritiva.

A amostra utilizada na pesquisa foi selecionada por conveniência. Foram selecionados para a amostra estudantes de graduação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) dos turnos diurnos e noturnos que já cursaram ou estão cursando a disciplina de Teoria da Contabilidade, partindo do pressuposto de que os alunos abordados possuem conhecimento sobre a norma do CPC 25 tratada no estudo.

Dessa forma, foi aplicado um pré-teste, buscando testar o questionário antes de aplicá-lo definitivamente, procurando corrigir erros na sua elaboração. O pré-teste desse estudo foi aplicado presencialmente a um grupo de 35 alunos do segundo período de Ciências Contábeis (Matutino). Como resultado, foram desconsiderados 9 questionários por apresentarem

determinado tipo de enviesamento em suas respostas, visto que o questionário levaria em torno de 15 a 30 minutos para ler e responder e alguns alunos responderam entre 3 e 5 minutos.

Aos respondentes, foi informado que as respostas seriam tabuladas e tratadas em conjunto sem a hipótese de identificação dos mesmos. Foram dadas instruções de que não havia resposta “certa”, visto que o propósito da pesquisa era analisar a forma como os usuários da contabilidade interpretavam as normas do CPC 25, levando em consideração a abordagem por meio de probabilidades numéricas e verbais a partir dos termos “provável”, “possível” e “remota”, no qual também foram inseridas em um contexto.

Além desse fator, foram desconsideradas respostas em que a probabilidade “provável” foi identificada como uma probabilidade menor do que “possível”, visto que antes do questionário foi abordado a teoria norteadora das respostas, considerando assim, um total de 24 respondentes. Nessas condições, o pré-teste foi bem compreendido pelos alunos e os 24 respondentes incluídos na amostra da pesquisa.

O questionário da pesquisa foi baseado nos estudos de Amer, Hackenbrack e Nelson (1995), Aharony e Dotan (2004) Du e Stevens (2011) e Du, Stevens e McEnroe (2011), no qual foram aplicados 123 questionários e 21 desses excluídos da amostra por enviesamento nas respostas pelos mesmos motivos do pré-teste, sendo a amostra final composta por 102 respondentes. Nesse sentido o questionário foi aplicado *in loco* no mês de maio de 2019 em sete turmas de graduação em Ciências Contábeis na UFRN.

A parte inicial do teste apresentava instruções de como proceder com o reconhecimento e mensuração do CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, para os respondentes lembrarem o tratamento correto a ser dado de acordo com a norma e poder uma referência base nas suas respostas. Na página seguinte, foi solicitado que indicassem em x% e y% qual seria a percepção de onde termina a probabilidade “remota” e inicia a probabilidade “possível”, bem como onde termina a probabilidade “possível” e inicia a probabilidade “provável” respectivamente, a fim de verificar a interpretação quanto à tradução Verbal-Numérica.

Em seguida, eram fornecidas porcentagens aleatoriamente sem ordem escalar, e solicitado que marcasse a opção de que probabilidade no termo verbal aquela porcentagem representava para ele, a fim de verificar a interpretação quanto à tradução *numérica-verbal*. Para manter a imparcialidade nos resultados, os pontos X e Y representavam o ponto médio entre as duas probabilidades, ou seja, quando o respondente marca 0% como remota e 10% como possível, o ponto médio de X é 5%.

Nas questões Q3, Q4, Q5 e Q6, apresentam situações em que solicitava que os respondentes interpretassem diante de um contexto estabelecido, se a contingência daquela situação era provável, possível ou remota de se efetivar, tanto de forma verbal-número quanto à forma numérica-verbal, com propósito de saber a interpretação quando se depara com a contextualização das contingências.

Por fim, as questões Q7 e Q8 tratadas como questões pós-experimental, no qual solicitava que os respondentes avaliassem se na percepção deles, ao acrescentar os termos de probabilidade numérica nos termos verbais do CPC 25 facilitaria ou não na interpretação e compreensão da norma, bem como se a probabilidade numérica contribuía para uma maior sintetização e harmonização das interpretações dos termos verbais. Em face do exposto e dos métodos aplicados, a seção seguinte apresenta os resultados dos questionários aplicados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para verificar comportamento da média e as possíveis variações nos dados da amostra coletada, foi analisado por meio da frequência e a porcentagem o que no ponto X, na percepção do respondente, determinaria o fim da probabilidade remota e o início da possível, e no ponto Y, o que para o respondente, determina o fim da probabilidade possível e inicia a provável.

Tabela 1 - Frequências das Probabilidades de X e Y no Teste Verbal-Numérico

| Verbal – Numérica Probabilidades (%) | Ponto X | | Ponto Y | |
|---|------------|-------------|------------|-------------|
| | Frequência | Porcentagem | Frequência | Porcentagem |
| 0 | 17 | 16,67% | 0 | 0,0% |
| 10 | 27 | 26,47% | 0 | 0,0% |
| 20 | 21 | 20,59% | 0 | 0,0% |
| 30 | 23 | 22,55% | 2 | 2,0% |
| 40 | 10 | 9,80% | 2 | 2,0% |
| 50 | 3 | 2,94% | 42 | 41,2% |
| 60 | 1 | 0,98% | 19 | 18,6% |
| 70 | 0 | 0,0% | 21 | 20,6% |
| 80 | 0 | 0,0% | 14 | 13,7% |
| 90 | 0 | 0,0% | 1 | 1% |
| 100 | 0 | 0,0% | 1 | 1% |
| Total | 102 | 100% | 102 | 100% |

Fonte: elaborado pelos autores

Na Tabela 1, por meio do teste Verbal-Numérico, o ponto X indicou que para 26,47% dos respondentes que 10% de probabilidade numérica é o limite para a probabilidade verbal “remota” e o início da probabilidade “possível”. De forma mais ampla, a tabela indica que o limite da probabilidade verbal “remota” é concentrado de forma não padronizada nas probabilidades entre 10%, 20% e 30%, compondo 69,61% das respostas obtidas. No ponto Y, a percepção dos participantes apresentou um maior padrão nas respostas, visto que 41,2% dos respondentes indicaram que a probabilidade numérica de 50% está associada ao fim da probabilidade verbal “possível” e início da probabilidade “provável”.

Para efetuar a comparação das respostas, foi feito a mesma tabela de frequência para analisar o teste Numérico-Verbal. Na Tabela 2, o ponto X apresentou maior concentração de respostas na perspectiva numérico-verbal, no qual indicou que para 34,3% dos respondentes, 10% representam a probabilidade “remota”, e 20% a probabilidade “possível”, sendo assim, a probabilidade média de 15% seria o limite para a remota e início da probabilidade possível. No ponto Y, essa concentração se deu na probabilidade numérica de 45%, ou seja, para 32,4% dos respondentes, o ponto médio da probabilidade possível seria entre 40% e 50%, no qual este seria o fim da probabilidade “possível” e início da probabilidade “provável”.

Tabela 2 - Frequências das Probabilidades de X e Y no Teste Numérico-Verbal

| Verbal – Numérica Probabilidades (%) | Ponto X | | Ponto Y | |
|---|------------|-------------|------------|-------------|
| | Frequência | Porcentagem | Frequência | Porcentagem |
| 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% |
| 5 | 25 | 24,5% | 0 | 0,0% |
| 15 | 35 | 34,3% | 0 | 0,0% |
| 25 | 29 | 28,4% | 1 | 1,0% |
| 35 | 10 | 9,8% | 2 | 2,0% |
| 45 | 2 | 2,0% | 33 | 32,4% |
| 55 | 1 | 1,0% | 28 | 27,5% |
| 65 | 0 | 0% | 20 | 19,6% |
| 75 | 0 | 0% | 16 | 15,7% |
| 85 | 0 | 0% | 1 | 1,0% |
| 95 | 0 | 0% | 1 | 1,0% |
| Total | 102 | 100% | 102 | 100% |

Fonte: elaborado pelos autores

Os resultados encontrados são semelhantes ao verificados no estudo de Aharony e Dotan (2004), no qual os analistas financeiros interpretaram que a média 15% é a limiar entre a probabilidade remota e razoavelmente possível, no entanto, divergindo dos auditores que identificaram a média de 22%. Entretanto, são diferentes dos resultados encontrados por Du e Stevens (2011), no qual em sua análise numérica-verbal, o ponto X que representava o limite de remota e início da probabilidade razoavelmente possível ficou entre 20% e 30%, que associando a esta pesquisa, o ponto médio seria de 25%.

A Tabela 3 resume a frequência de cada termo de probabilidade verbal presente no CPC 25 em que os participantes identificaram que pra eles estão associadas às probabilidades numéricas. A tabela indica o julgamento geral de todas as probabilidades verbais em conjunto.

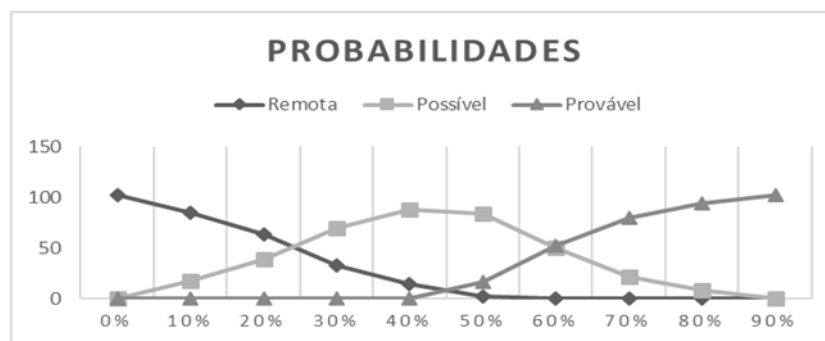
Tabela 3 - Frequência das Probabilidades de Provável, Possível e Remota no Teste Numérico-Verbal

| Numérica - Verbal Probabilidades | Julgamento Geral | | | | | | | | | | Total de Observações |
|-------------------------------------|------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------------------------|
| | 0% | 10% | 20% | 30% | 40% | 50% | 60% | 70% | 80% | 90% | |
| Remota | 102 | 85 | 63 | 33 | 14 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 299 |
| Possível | 0 | 17 | 39 | 69 | 88 | 84 | 50 | 22 | 8 | 0 | 377 |
| Provável | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 | 52 | 80 | 94 | 102 | 344 |
| Total | 102 | 102 | 102 | 102 | 102 | 102 | 102 | 102 | 102 | 102 | 1020 |

Fonte: elaborado pelos autores

Dessa forma, admite-se que por frequência de escolha, “remota” está classificada em 0%, 10% e 20%. As probabilidades de 30%, 40% e 50% apresentam uma frequência maior no termo verbal “possível”. No grupo de probabilidades 60%, 70%, 80%, 90% apresenta-se maior no termo verbal “provável”, como visualizado na Figura 1, onde cada linha representa um termo de probabilidade verbal e seu comportamento diante da frequência das respostas dos participantes, por meio da probabilidade numérica.

Figura 1 – Frequência da tradução Numérica-Verbal



Fonte: elaborado pelos autores

Dessa forma, verifica-se que os participantes sugerem que o termo verbal “remota” está abaixo de 20%, assim como o termo verbal “possível” está entre 30% e 60%, e a região acima de 60% representa o termo verbal “provável”. Dito isto, é claramente perceptível que os participantes conseguem distinguir os três termos verbais de probabilidade. Dessa forma, diante dos resultados analisados, verifica-se que as probabilidades verbal-numérica apresenta uma maior variação de interpretação do que a probabilidade numérica-verbal, visto que os valores apresentam uma maior distribuição na escala da Tabela 1, corroborando com os estudos de Du, Stevens e McEnroe (2011).

Na Tabela 4, apresentam-se os resultados referente à estatística descritiva dos testes Verbal-Numérico e Numérico-Verbal.

Tabela 4 – Estatística descritiva dos testes Verbal-Numérico e Numérico-Verbal

| Estatística Descritiva | Verbal-Numérico | | Numérico-Verbal | |
|------------------------|-----------------|---------|-----------------|---------|
| | Ponto X | Ponto Y | Ponto X | Ponto Y |
| Média | 19,51 | 60,39 | 18,33 | 56,86 |
| Mediana | 20 | 60 | 15 | 55 |
| Moda | 10 | 50 | 15 | 45 |
| Desvio padrão | 14,1 | 12,97 | 10,75 | 12,41 |
| Variância da amostra | 198,77 | 168,16 | 115,51 | 153,92 |
| Mínimo | 0 | 30 | 5 | 25 |
| Máximo | 60 | 100 | 55 | 95 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que na Tabela 4, as médias dos pontos X (19,51 e 18,33) são mais próximas em relação às médias do ponto Y (60,39 e 56,86). Ao analisar a dispersão dos dados, verifica que o desvio padrão e a variância da amostra do teste Verbal-Numérico, além de diferentes entre si, são maiores em relação ao teste Numérico-Verbal. Isso evidencia que a variabilidade de interpretação das probabilidades é maior quando se utiliza a probabilidade verbal do que a probabilidade numérica.

Dessa forma, para comparar as duas amostras relacionadas na pesquisa, ou seja, comparar as diferentes percepções do ponto X e Y pelo teste Verbal-Numérico e Numérico-Verbal utilizou-se o teste de *Wilcoxon* para variáveis qualitativas ordinais, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Teste de *Wilcoxon*

| Variáveis | Média | | Desvio Padrão | | <i>p-value</i> |
|-----------|----------|----------|---------------|----------|----------------|
| | Teste VN | Teste NV | Teste VN | Teste NV | |
| Ponto X | 19,51 | 18,33 | 14,1 | 10,75 | 0,03** |
| Ponto Y | 60,39 | 56,86 | 12,97 | 12,41 | 0,00*** |

Teste VN = Teste Verbal-Numérico; Teste NV = Teste Numérico-Verbal

Nota: *** Estatisticamente significativa a 1%. ** Estatisticamente significativa a 5%

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com os resultados da Tabela 5, as variáveis calculadas pelo ponto X (remota e possível) apresentaram-se significantes a 95% de confiança com o *p-value* de 0,03, enquanto que as variáveis calculadas pelo ponto Y (possível e remota) atestaram significantes a 99% de confiança com *p-value* de 0,00. Os resultados rejeitam a hipótese nula de igualdade entre os dois métodos analisados, ou seja, apresentação das probabilidades seja Verbal-numérica ou Numérica-Verbal são estatisticamente diferentes, indicando que a forma de apresentação altera na interpretação da norma. Esses resultados se alinham parcialmente aos estudos de Du, Stevens e McEnroe (2011) que ao comparar os testes Numérico-Verbal com o Verbal-Numérico, verificaram diferenças estatísticas nos termos provável e remoto, porém estatisticamente iguais no termo “razoavelmente possível”.

Na Tabela 6, os dados foram obtidos por meio das respostas dos participantes diante de uma situação de contingência contextualizada.

Tabela 6 - Contextualização Verbal-Numérica

| Verbal – Numérica | Frequência Q3 e Q5 | | |
|-------------------|--------------------|-------------|-------------|
| | 0 - 30 | 31 - 50 | 51-100 |
| Probabilidade | | | |
| Provável | 18 (17,65%) | 4 (3,92%) | 80 (78,43%) |
| Possível | 15 (14,71%) | 14 (13,73%) | 73 (71,57%) |

Fonte: elaborado pelos autores

Dessa forma, foi verificado que ao se deparar com uma situação contingencial inserida em um contexto, onde solicitava que os participantes indicassem em que intervalo de confiança se encaixava a probabilidade verbal associando a probabilidade numérica, 17,65% dos respondentes indicaram que o termo provável aplicado na situação se encaixava no intervalo entre 0 e 30% de probabilidade numérica, 3,92% em 31% a 50%, e 78,43% indicando que o termo provável da situação contextualizada está entre 51% e 100% de probabilidade para que a obrigação fosse extinta.

Nesse contexto, a Q5 apresentava uma situação de probabilidade verbal, pedindo a interpretação de uma situação contextualizada e solicitando um intervalo de confiança numérico. Dessa forma, 14,71% dos participantes responderam que uma situação “possível” da despesa ser efetuada seria entre 0 e 30% em forma de probabilidade numérica, 13,73% entre 31% e 50% e 71,57% dos participantes responderam que a situação provável está entre 51% e 100% de chances da despesa da ZXC (companhia fictícia) ser efetuada.

Dessa forma, verifica-se que ao se deparar com uma situação contextualizada, a percepção dos participantes diante da contingência, muda de definição entre probabilidade verbal e probabilidade numérica, da situação em que a contextualização não é presente. Na forma de apresentação não contextualizada (Tabela 1), os respondentes indicaram que a probabilidade verbal “possível”, estava entre 30% e 50%, e ao se depararem com a situação contextualizada, grande maioria dos respondentes indicaram que essa estava entre 51 e 100%. Isso sugere que a forma como a contingência é apresentada, Verbal-Numérica, contextualizada ou não, pode alterar na percepção dos usuários, indicando assim que os participantes possuem o efeito cognitivo de *frame dependence*.

Com relação à probabilidade verbal “provável” os resultados foram mais sintetizados, visto que na forma não contextualizada os participantes indicaram que o termo verbal “provável” iniciava em 50% e seguia até uma boa frequência em 80%, probabilidade essa que está inserida no intervalo proposto entre 50 e 100% da forma contextualizada. Dessa forma, como a norma do CPC 25 apresenta o tratamento que deve ocorrer diante de uma situação provável, essa apresentou uma melhor compreensão dos usuários e uma interpretação com menores variações, se aproximando dos estudos de Du, Stevens e McEnroe (2011), onde o termo verbal “provável” indicava uma probabilidade numérica no intervalo de 70 e 100% e “possível” entre 20 e 70%.

Na Tabela 7 apresentava uma situação contingencial Numérica-Verbal, onde o participante teria que indicar em termos verbais, o que determinada probabilidade numérica representava para ele.

Tabela 7- Contextualização Numérica-Verbal

| Numérica - Verbal | Frequência Q4 e Q6 | | |
|-------------------|--------------------|-------------|-------------|
| | Provável | Possível | Remota |
| Probabilidade | | | |
| 30% | 5 (4,9%) | 73 (71,57%) | 24 (23,53%) |
| 90% | 97 (95,1%) | 5 (4,9%) | 0 (0%) |

Fonte: elaborado pelos autores

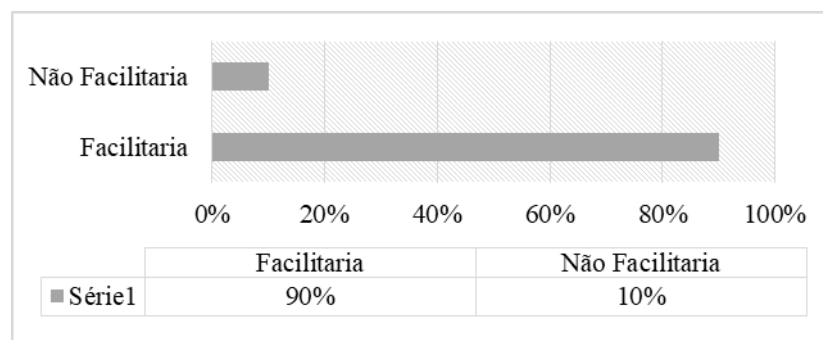
Dessa forma, foi verificado que 4,9% dos participantes indicaram a probabilidade numérica de 30% como algo provável da decisão judicial seguir a jurisprudência na situação

contextualizada. Nesse sentido, 71,57% dos participantes acreditaram que a probabilidade era “possível”, e 23,53% responderam que seria remota. Sendo assim, apresentando os resultados semelhantes à forma de apresentação não contextualizada.

No que se refere à probabilidade numérica de 90% em situação contextualizada, 95,1% dos participantes indicaram que a probabilidade dessa empresa EDC indenizar as famílias seria provável, 4,9% possível e 0% remota. Nesse contexto, verifica-se que as probabilidades numéricas apresentam uma sintetização maior em seus resultados, diminuindo a variação das percepções de forma contextualizada ou não. Corroborando com os estudos de Aharony e Dotan (2004) e Du, Stevens e McEnroe (2011), a variabilidade das interpretações prejudicam a qualidade da informação e aplicabilidade consistente diante de contingências, sugerindo assim, que as probabilidades numéricas auxiliariam no julgamento eficiente dos profissionais contábeis.

Diante disto, foi apresentada questões pós-experimental, onde buscou verificar se na percepção dos respondentes, ao acrescentar a probabilidade numérica (em porcentagem) aos termos de probabilidade (provável, possível e remota) facilitaria a interpretação das situações contingenciais (Q7). Foram consideradas apenas as respostas que não apresentavam enviesamento nas respostas anteriores.

Figura 2 – Percepção dos participantes – Questão Pós-Experimental



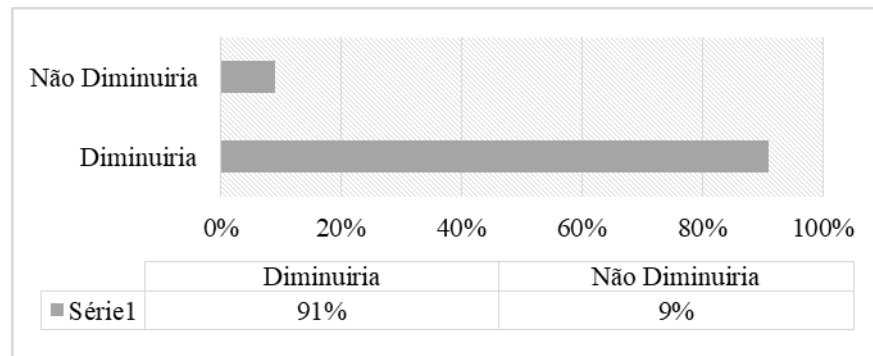
Fonte: elaborado pelos autores

Na Q7, 90% dos respondentes indicaram que se houvesse a probabilidade numérica na norma do CPC 25 para auxiliar na interpretação dos termos de probabilidade verbal (provável, possível e remota), facilitaria na interpretação em situações contingenciais, e 10% indicaram que não facilitaria.

Os resultados divergiram de Cardoso et al. (2009) no qual defendem que a subjetividade da norma é essencial por levar em consideração valores culturais e isso afetar o valor presente de um julgamento, fazendo com que a reflexão seja um fato determinante na atividade do contador e não apenas a atividade operacional de obedecer a regras, mas sim a essência de uma situação. No entanto, corrobora com o estudo de Du, Stevens e McEnroe (2011) onde eles relatam que os termos verbais são vagos suficientes para tornar uma interpretação de uma informação incorreta e que isso seria melhorado com o auxílio da probabilidade numérica junto à norma atual.

A Q8 buscou verificar se na percepção dos participantes, se no CPC 25 acrescentasse a probabilidade numérica (em porcentagem) aos termos de probabilidade (provável, possível e remota), diminuiria a sua subjetividade.

Figura 3 – Percepção dos participantes – Questão Pós-Experimental



Fonte: elaborado pelos autores

Na questão pós-experimental Q8, 91% dos participantes indicaram que se acrescentasse a probabilidade numérica aos termos de probabilidade verbais do CPC 25, a subjetividade da norma diminuiria e 9% de que não diminuiria. Sob outra perspectiva, Cardoso et al. (2009) relata que a subjetividade não deve ser vista como um obstáculo para poder passar por uma regulação, mas sim algo que acrescenta na formação do contador. Iudícibus, Martins e Gelbecke (2009) acrescentam que o julgamento é inerente a profissão contábil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar se diante da subjetividade do CPC 25, a forma em que as contingências são apresentadas melhoram a compreensão e interpretação da norma. Para isso, fez-se o uso do questionário aplicado em estudantes de graduação em Ciências Contábeis que já cursaram ou estão cursando a disciplina de Teoria da Contabilidade, onde aborda sobre a norma pesquisada. Nessa perspectiva, foi elaborado um questionário com base nos estudos de Amer, Hackenbrack e Nelson (1995) e contou com um total de 102 respondentes.

Ao analisar os dados dos resultados obtidos, verificou-se por meio do teste Verbal-Numérico que na percepção dos usuários da informação contábil, o limite da probabilidade numérica do termo “remota” é 10%, como também é a porcentagem inicial para a probabilidade “possível”, tendo esse seu limite em 50%, o que culmina no início da probabilidade verbal “provável” dessa porcentagem em diante.

Dessa forma, verificou-se que o ponto Y trouxe maior padrão no seu ponto inicial da probabilidade “provável”, visto que a própria norma conceitua esse termo, evidenciando assim, que a subjetividade do CPC 25 pode ser diminuída e melhorar sua compreensão e aplicabilidade, tanto pela conceituação dos termos de probabilidade verbal, quanto pelo apoio das probabilidades numéricas.

Ao comparar a estatística descritiva dos testes Verba-Numérico e Numérico-Verbal, constatou-se que as médias dos pontos Y estão mais distantes em relação aos pontos X. No

entanto, o teste Verbal-Numérico apresentou um maior desvio padrão nos dois pontos (X e Y), indicando que esta forma de apresentação, tem uma maior margem para interpretações. Pelo teste de *Wilcoxon* constatou-se que ambas as formas de apresentação são estatisticamente diferentes. Desse modo, percebe-se que os usuários das informações da contabilidade apresentam o viés cognitivo chamado *frame dependence*, onde indica que a forma como a informação é apresentada pode alterar na tomada de decisão.

Ao inserir as probabilidades contingenciais numéricas e verbais em um contexto, verificou-se que o termo “provável” apresentou divergências na percepção pela forma Verbal-Numérica. No entanto, ambas as situações Numérica-Verbal convergiram com as percepções sem a contextualização, sugerindo que a probabilidade numérica auxilia tanto na compreensão e sintetização da interpretação, quanto na percepção que o usuário tem ao se deparar em situações contextualizadas, evidenciando mais uma vez o efeito do viés de dependência da forma.

Nesse contexto, quanto aos resultados obtidos por meio do questionário pós-experimental, verificou-se que a maioria dos participantes acredita que associar os termos verbais às probabilidades numéricas pode melhorar na sintetização das interpretações relacionadas às contingências, visto que esse é um dos maiores desafios da contabilidade e podem gerar um grande impacto na qualidade e utilidade da informação contábil. Nesta perspectiva, foram favoráveis a situação de diminuição da subjetividade do CPC 25 com o auxílio da probabilidade numérica, não que esse fosse sair de princípio para regra, mas que essas duas perspectivas se auxiliassem em busca de proporcionar uma informação contábil de melhor qualidade. Dessa forma, o presente artigo visa contribuir para a literatura nacional e para a discussão normativa em contabilidade, no qual as contingências representem a situação real da entidade, evitando ser utilizada para gerenciar resultados.

Considerando os resultados apresentados, cabe a ampliação da amostra, expandindo pesquisas nessa temática em diversas regiões do país devido à baixa quantidade de estudos. Mesmo que todos os participantes da pesquisa tenham conhecimento sobre a norma abordada na pesquisa, o fato de serem estudantes de graduação pode ser considerada uma limitação, propondo assim, ampliar essa pesquisa para alunos em nível de mestrado e doutorado e profissionais do mercado. Considera-se como limitação a não generalização dos resultados visto que a amostra foi composta intencionalmente ou por acessibilidade.

Dessa forma, sugere-se para futuras pesquisas com uma abordagem qualitativa para captar o motivo de diversas interpretações diferentes, bem como os principais profissionais usuários das informações contingentes e julgamento: advogado, auditor e contador.

6 REFERÊNCIAS

- AHARONY, Joseph; DOTAN, Amihud. A comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 31, n. 3-4, p. 475-504, 2004.
- ALDRIGHI, Dante Mendes; MILANEZ, Daniel Yabe. Finança comportamental e a hipótese dos mercados eficientes. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 9, n. 1, 2005.
- ALMEIDA, Neirilaine Silva de; LEMES, Sirlei. Evidências do entendimento de quatro pronunciamentos contábeis por auditores independentes do Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 83-105, 2013.

AMER, Tarek; HACKENBRACK, Karl; NELSON, Mark. Between-auditor differences in the interpretation of probability phrases. **Auditing**, v. 13, n. 1, p. 126, 1994.

AMER, Tarek; HACKENBRACK, Karl; NELSON, Mark. Context-dependence of auditors' interpretations of the SFAS No. 5 probability expressions. **Contemporary Accounting Research**, v. 12, n. 1, p. 25-39, 1995.

BROWN, Grant A.; COLLINS, Roger; THORNTON, Daniel B. Professional judgment and accounting standards. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 4, p. 275-289, 1993.

CAPRIOTTI, Kim; WALDRUP, Bobby E. Miscommunication of uncertainties in financial statements: a study of preparers and users. **Journal of Business & Economics Research (JBER)**, v. 3, n. 1, 2005.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 4, p. 773-799, 2009.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**, v. 6, 2007.

DAVIDSON, Ronald A. Practical difficulties encountered in selecting uncertainty words: The example of accounting standards. **Applied Psychology**, v. 40, n. 4, p. 353-363, 1991.

DOUPNIK, Timothy S.; RICCIO, Edson Luiz. The influence of conservatism and secrecy on the interpretation of verbal probability expressions in the Anglo and Latin cultural areas. **The International Journal of Accounting**, v. 41, n. 3, p. 237-261, 2006.

DU, Ning; STEVENS, Kevin. Numeric-to-verbal translation of probability expressions in SFAS 5. **Managerial Auditing Journal**, 2011.

DU, Ning; STEVENS, Kevin T.; MCENROE, John E. Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, n. 1, p. 67-70, 2011.

FIRMINO, José Emerson; PAULO, Edilson. Aspectos Comportamentais no Julgamento Profissional dos Auditores Independentes. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 3, 2013.

HARRISON, Kenneth E.; TOMASSINI, Lawrence A. Judging the probability of a contingent loss: An empirical study. **Contemporary Accounting Research**, v. 5, n. 2, p. 642-648, 1989.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. **São Paulo: Atlas**, p. 277-297, 1999.

HOFFMAN, Vicky B.; PATTON, James M. How are loss contingency accruals affected by alternative reporting criteria and incentives? **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, n. 2, p. 151-167, 2002.

HONDA, Hidehito; YAMAGISHI, Kimihiko. Directional verbal probabilities: Inconsistencies between preferential judgments and numerical meanings. **Experimental Psychology**, v. 53, n. 3, p. 161-170, 2006.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de contabilidade das sociedades por ações—Suplemento. São Paulo: Atlas, 2009.

JUANCHICH, Marie; TEIGEN, Karl Halvor; VILLEJOURBERT, Gaëlle. Is guilt 'likely' or 'not certain'? Contrast with previous probabilities determines choice of verbal terms. **Acta psychologica**, v. 135, n. 3, p. 267-277, 2010.

KARELITZ, Tzur M.; BUDESCU, David V. You say" probable" and I say" likely": improving interpersonal communication with verbal probability phrases. **Journal of Experimental Psychology: Applied**, v. 10, n. 1, p. 25, 2004.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica. **São Paulo: Atlas**, p. 143-164, 2009.

MARTINS, Orleans Silva; DE LIMA, Diana Vaz; DA SILVA, José Dionísio Gomes. Frame Dependence no comportamento do profissional contábil face à adoção dos novos padrões contábeis internacionais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 34, n. 2, p. 51-69, 2015.

MILANEZ, Daniel Yabe. **Finanças comportamentais no Brasil**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PIERCEY, M. David. Motivated reasoning and verbal vs. numerical probability assessment: Evidence from an accounting context. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 108, n. 2, p. 330-341, 2009.

PORTER, Gary; NORTON, Curtis. **Using financial accounting information: the alternative to debits and credits**. Nelson Education, 2012.

RICH, Jay et al. **Cornerstones of Financial accounting**. Cengage Learning, 2012.

SÁ, Fernanda Franco; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Análise da percepção dos discentes do curso de graduação em ciências contábeis sobre expressões de incerteza contidas nos pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 77-105, 2012.

SHAFIR, Eldar; DIAMOND, Peter; TVERSKY, Amos. Money illusion. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 2, p. 341-374, 1997.

SHEFRIN, Hersh. **Beyond greed and fear: Understanding behavioral finance and the psychology of investing**. Oxford University Press on Demand, 2002.

SIMON, Jon. Interpretation of probability expressions by financial directors and auditors of UK companies. **European Accounting Review**, v. 11, n. 3, p. 601-629, 2002.

TEIGEN, Karl Halvor. When equal chances= good chances: Verbal probabilities and the equiprobability effect. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 85, n. 1, p. 77-108, 2001.

THALER, Richard H.; JOHNSON, Eric J. Gambling with the house money and trying to break even: The effects of prior outcomes on risky choice. **Management science**, v. 36, n. 6, p. 643-660, 1990.

TROTMAN, Ken T.; TAN, Hwee C.; ANG, Nicole. Fifty-year overview of judgment and decision-making research in accounting. **Accounting & Finance**, v. 51, n. 1, p. 278-360, 2011.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The framing of decisions and the psychology of choice. **science**, v. 211, n. 4481, p. 453-458, 1981.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Rational choice and the framing of decisions. In: **Multiple criteria decision making and risk analysis using microcomputers**. Springer, Berlin, Heidelberg, 1989. p. 81-126.